

DEFESA COM EQUIDADE: **Manual de Comunicação Antissexista da**

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ



CORPO GESTOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ (2024-2027)

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Defensora pública-geral do Estado do Pará

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Subdefensor público-geral de gestão

LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL
Subdefensora pública-geral institucional

EDGAR MOREIRA ALAMAR
Corregedor-geral

LEILIANA SANTA BRÍGIDA SOARES LIMA
Diretora Metropolitana

DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA
Diretor do Interior

RODRIGO AYAN DA SILVA
Diretor da Escola Superior

FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA
Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica

LAURO JOSÉ NASCIMENTO SPINELLI
Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CAROLINA LOBO CORREA
Diretora de Comunicação Social

WALCIRCLEY DA SILVA ALCÂNTARA
Ouvíndor-Geral

Belém – Pará • Agosto de 2024

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Carolina Lobo

Diretora de Comunicação Social

ELABORAÇÃO

Kamila Murakami

Jornalista

REVISÃO TEXTUAL

Juliana Maués

Jornalista

IDENTIDADE VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Hugo Sampaio

Coordenador de criação

Derik Quaresma

Publicitário

Sumário

Apresentação.....	
01	
Introdução à linguagem não sexista.....	05
1.1 Definição e Importância	
1.2 Contexto na Defensoria Pública do Pará	
Aplicação na atividade defensorial.....	06
Como substituir termos sexistas	
Termos genéricos	
Linguagem Inclusiva em Documentos	
Oficiais.....	11
Modelos de Formatação e Redação	
Considerações finais.....	13

Apresentação

A Defensoria Pública do Estado do Pará foi criada em 1983, com a missão de promover o acesso à justiça e à cidadania para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para tal, ao longo dos mais de 40 anos desde a fundação, a instituição tem caminhado junto às mudanças e transformações sociais que buscam tornar a sociedade mais justa, igualitária e equitativa para todas e todos. Assim, com foco neste compromisso, é essencial que a comunicação – interna e externa – seja um reflexo da missão e dos valores desta instituição.

O manual “Defesa com Equidade” foi desenvolvido com o objetivo de difundir a utilização de uma linguagem que respeite a igualdade entre os gêneros, a fim de coibir atos que reforcem estereótipos e preconceitos desta natureza. É importante ressaltar que a linguagem não desempenha apenas o papel de comunicar, mas é, também, um poderoso instrumento para a transformação social.

Neste manual, o leitor encontra orientações sobre como fazer uso de uma linguagem antissexista não discriminatória, equiparada aos princípios de igualdade e respeito que norteiam a atuação defensorial. Entre os tópicos abordados, estão a identificação e a utilização de termos neutros, a adaptação da comunicação em documentos oficiais, e a aplicação prática dessas diretrizes no atendimento ao público e na produção de conteúdos institucionais.

A utilização de uma linguagem que coloca a figura masculina em espaço de protagonismo em detrimento dos demais resulta em exclusão da presença feminina nos espaços e reforça padrões de hierarquia de gênero. Portanto, modificar essa prática no ambiente laboral da DPE-PA é um grande passo na construção de um ambiente mais justo e acolhedor para todas e todos.

A partir dos esforços somados, é possível promover uma cultura de respeito, igualdade, equidade e justiça social.

1. Introdução à linguagem não sexista

Com foco na promoção da igualdade de gênero e na inclusão, a linguagem não sexista é uma abordagem comunicativa que busca evitar o uso de terminologias e expressões que reforçam estereótipos, discriminam ou marginalizam pessoas devido ao gênero.

A abordagem visa a desconstrução de padrões estereotipados que hierarquizam os gêneros em posições de privilégio ou subordinação. Diante disso, a linguagem não sexista envolve a escolha cuidadosa de palavras e estruturas textuais voltadas à promoção de uma cultura de respeito e de uma visão mais igualitária das capacidades e papéis desempenhados por homens e mulheres dentro da sociedade.

Ademais, comunicar-se de maneira não sexista é uma maneira de garantir que todas as identidades de gênero sejam respeitadas e reconhecidas. Isso prevê a inclusão de pessoas não binárias, transgêneros e transsexuais, que em muitas situações são invisibilizadas.

Contexto na Defensoria Pública do Pará

Como citado no primeiro momento, a Defensoria Pública do Estado do Pará desenvolve um papel fundamental na promoção dos direitos humanos e na defesa da justiça social das pessoas vulnerabilizadas, tendo como uma das pautas prioritárias o enfrentamento à violência de gênero.

Diante disso, estimular a aplicação de uma comunicação inclusiva e antissexista contribui de forma significativa para evitar a revitimização de mulheres em situação de violência. Além disso, a linguagem adequada é fundamental para garantir que as vítimas se sintam apoiadas e compreendidas durante todo o processo legal e de suporte oferecido pela Defensoria.

Outrossim, é missão da DPE-PA promover a educação em direitos. Por isso, ao se adequar a um conjunto de práticas inclusivas, a instituição torna-se modelo positivo e contribui para modificar a forma como o público vê as questões relacionadas à igualdade de gênero dentro da sua própria realidade.

Esse modelo de abordagem, alinhada com a missão institucional de promover os direitos humanos, precisa estar integrada em todos os âmbitos da DPE-PA, desde a documentação até o atendimento ao público.

2. Aplicação na atividade defensorial

Não é incomum que o público feminino seja invisibilizado em atividades comuns do dia a dia, devido à utilização da linguagem de forma exclusivamente masculina para se referir a uma mulher ou a um grupo de mulheres. Existem casos nos quais, mesmo em contextos que dizem respeito exclusivamente às mulheres, a linguagem masculina é utilizada.

Para evitar situações como esta e adotar uma linguagem não sexista de maneira eficaz, é necessário compreender e implementar algumas práticas básicas. Sempre que possível, utilize termos inclusivos. Por exemplo, em vez de "senhoras e senhores", use "pessoas" ou "todas e todos". Em casos onde o contexto envolve todos os indivíduos, evite fazer uso do termo "cidadãos".

Linguagem masculinizada	Linguagem inclusiva
O acusado	A pessoa acusada
O réu	A parte ré
As mulheres são mais detalhistas	As pessoas podem ser detalhistas independentemente do seu gênero
Os defensores públicos do Naeca irão para mutirão	Todas as defensoras e defensores públicos do Naeca irão para o mutirão
Os defensores públicos permanecem em atividade durante o recesso judicial devido ao plantão de atendimentos	A Defensoria Pública permanece em atividade durante o recesso judicial devido ao plantão de atendimentos
A Defensoria do Pará possui 280 defensores públicos	A Defensoria do Pará possui 280 defensoras e defensores públicos
Os moradores de rua têm direito aos serviços da Defensoria Pública	A população em situação de rua tem direito aos serviços da Defensoria Pública
Os negros são maioria no Brasil	A população negra é maioria no Brasil

É importante destacar que, segundo a gramática normativa brasileira, no caso de dois substantivos (um masculino e outro feminino), o complemento da oração pode ser usado no plural masculino. Por exemplo: em "defensoras e defensores públicos", "defensoras" e "defensores" são os substantivos, "públicos" é o complemento.

Outro ponto importante é evitar fazer generalizações que reforcem estereótipos sobre os gêneros, como: "as mulheres são mais cuidadosas". Ao invés disso, reconheça a individualidade e a diversidade de comportamento que podem ser encontradas em ambos os gêneros.

Confira outros exemplos de como fazer uso da linguagem inclusiva:

- ☒ **Evite:** A mãe ou o pai deve trazer os documentos.
- ✓ **Prefira:** A pessoa responsável deve trazer os documentos.

- ☒ **Evite:** Os defensores e as defensoras públicas.
- ✓ **Prefira:** A equipe da Defensoria Pública.

- ☒ **Evite:** O assistido que precisar de ajuda deve buscar ao defensor público.
- ✓ **Prefira:** A pessoa assistida que precisar de ajuda deve buscar os serviços defensoriais.

- ☒ **Evite:** O pai e a mãe devem assinar o acordo.
- ✓ **Prefira:** Os responsáveis devem assinar o acordo.

- ☒ **Evite:** Os homens e as mulheres que trabalham na Defensoria Pública do Pará.
- ✓ **Prefira:** Profissionais que trabalham na Defensoria Pública do Pará.



Observação

Quando não for possível fazer todas as flexões de gênero para que o texto não fique tão extenso (defensoras e defensores, assistidas e assistidos, servidoras e servidores etc.), o uso de barras é uma opção para evitar a repetição em excesso. **Nas mesmas situações, não é recomendado o uso de parênteses.**

Exemplos:

- ✖ **Não use:** A(o) profissional responsável pelo caso.
 - ✖ **Evite:** O defensor público ou a defensora pública responsável pelo caso.
 - ✓ **Prefira:** A/o profissional responsável pelo caso.
-
- ✖ **Não use:** A(o) cônjuge deve comparecer à audiência.
 - ✖ **Evite:** A esposa ou o marido devem comparecer à audiência.
 - ✓ **Prefira:** A/o cônjuge deve comparecer à audiência.
-
- ✖ **Não use:** Defensoras(es), servidoras(es) da Defensoria.
 - ✖ **Evite:** Defensoras, defensores, servidoras e servidores da Defensoria.
 - ✓ **Prefira:** Defensoras/es, servidoras/es da Defensoria.

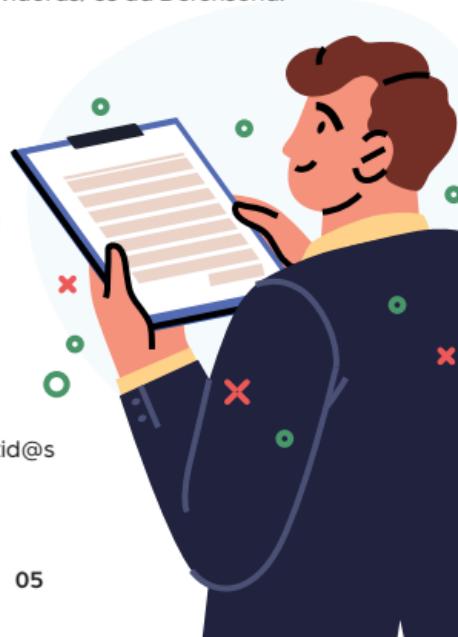
Atenção!

Também não é recomendado o uso de caracteres especiais que dificultam a leitura ou não são legíveis para pessoas com deficiência visual.

Por exemplo:

Quando não puder escrever
"assistidas e assistidos", use
"assistidas/os".

Não use: assistidas(os) | assistid@s
| assistidxs



Termos genéricos

Para tornar possível reconhecer e restabelecer a visibilidade das mulheres na sociedade, o ideal é utilizar tanto o gênero feminino quanto o masculino. Em outras palavras, devemos designar meninas e meninos, mulheres e homens da mesma maneira que nomeamos as pessoas quando queremos esclarecer a quem estamos nos referindo. Para isso, a utilização de termos genéricos pode ajudar. **Confira alguns exemplos a seguir:**

Expressão	Sinônimos
Os meninos	As crianças A infância
Os homens	A população O povo A humanidade
Os filhos	A descendência A prole
Os trabalhadores	O pessoal
Os servidores	A equipe
Os assistidos	As pessoas assistidas
Os jovens	A juventude
Os cidadãos	O povo
Os assessores	A assessoria
Os diretores	As diretorias
Os estudantes	O corpo estudantil
Os funcionários	O quadro funcional

Em várias ocasiões, ao empregar instruções ou ao falar assumindo certas situações como evidentes, é comum que o gênero masculino acabe, erroneamente, utilizado como genérico. No entanto, existem alternativas para evitar que alguns grupos sejam deixados de fora ou não se sintam incluídos. Uma dessas alternativas é substituir o substantivo no masculino pelos pronomes pessoais “você” ou “vocês”.

Exemplos:

- ☒ **Não recomendável:** O assistido só precisa do número do CPF e da senha para conferir o andamento do seu processo no Conexão Defensoria

-  **Recomendável:** Caso você tenha a senha e o número do seu CPF em mãos, é possível conferir o andamento do seu processo no Conexão Defensoria.
-  **Não recomendável:** Os assistidos podem ligar para agendar o atendimento na Defensoria Pública do Estado do Pará.
-  **Recomendável:** Se vocês ligarem para a Defensoria Pública do Estado do Pará, poderão agendar atendimentos.

Fique atento!

É importante empregar diferentes substantivos para evitar a referência a termos “universais” que, na realidade, não o são. Um exemplo disso é quando “homens” é utilizado para se referir a toda a humanidade.

-  **Isto abrange toda população:** Aqui, as famílias usam a agricultura familiar como modo de viver
-  **Isto NÃO:** Aqui, os homens usam a agricultura familiar como modo de viver
-  **Isto abrange toda população:** É necessária a atuação de especialistas para verificar os danos causados à estrutura
-  **Isto NÃO:** É necessária a atuação de um engenheiro para verificar os danos causados à estrutura
-  **Isto abrange toda população:** Houve mudança nos modos e meios de vida das pessoas atingidas pelas enchentes
-  **Isto NÃO:** Houve mudança nos modos e meios de vida dos homens atingidos pela lama

Linguagem inclusiva em documentos oficiais

Como citado anteriormente, utilizar no dia a dia uma linguagem inclusiva representa o compromisso institucional com a garantia da equidade, bem como do reconhecimento de todas as identidades de gênero e estruturas familiares. Portanto, em documentos oficiais, é primordial a adoção de termos e expressões que – além de evitar a

invisibilização – promovam um ambiente acolhedor e respeitoso para todas as pessoas assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Pará.

Nesta parte do manual, vamos explorar algumas diretrizes e práticas recomendadas para garantir que os documentos oficiais sejam acessíveis e inclusivos, além de abordar a substituição de termos tradicionalmente masculinizados por alternativas inclusivas.

Ao redigir um documento, uma petição ou iniciar um Processo Administrativo Eletrônico (PAE), é essencial que tanto o gênero feminino quanto o masculino sejam mencionados. Como uma prática inclusiva, recomenda-se que o gênero feminino seja sempre mencionado primeiro, seguido pelo masculino.

Confira agora alguns exemplos de utilização da linguagem inclusiva na redação de documentos oficiais:

Formulário de solicitação

Para produzir um formulário de solicitação, ao invés de: "Por favor, preencha o nome da/o pai e da mãe", utilize: "Por favor, preencha o nome do(a) responsável legal."

Relatório

Durante a produção de relatórios, ao invés de: "O relatório deve ser assinado pelo defensor responsável", utilize: "O relatório deve ser assinado pela pessoa responsável."

Edital

Na produção textual de um edital, no lugar de: "Os candidatos devem se apresentar no dia e horário agendados", utilize: "As pessoas candidatas devem se apresentar no dia e horário agendados."



Comunicado Interno

Em um comunicado interno, ao invés de: "Todos os servidores públicos do Balcão de Direitos devem participar da reunião", utilize: "Todo o corpo funcional do Balcão de Direitos deve participar da reunião."

Endereçamento de documentos oficiais

Quando não souber a quem exatamente se endereça um documento, prefira endereçá-lo ao órgão. **Por exemplo:**

- Não use:** Ao chefe de Gabinete | Ao defensor público-geral | Ao diretor de comunicação
- Use:** À Chefia de Gabinete | À Defensoria Pública-geral | À Diretoria de Comunicação

3. Considerações finais

A linguagem é um reflexo dos pensamentos e comportamentos das pessoas, assim é fundamental adotar uma abordagem inclusiva seja na fala, na escrita ou na comunicação em geral, pois, do contrário, a não flexão de gênero reforça a própria discriminação entre os gêneros. As mulheres são não apenas as destinatárias das mensagens, mas também ocupam papéis significativos e de liderança dentro do discurso.

Portanto, para garantir que a comunicação seja – de fato – representativa e equitativa, é necessário integrar práticas linguísticas que respeitem e reconheçam a diversidade de gênero. Isso inclui o uso de termos inclusivos, a aplicação de flexões de gênero, bem como a conscientização sobre os impactos das escolhas linguísticas na percepção e na participação das mulheres em diversos contextos. A adoção de uma linguagem que reflete a paridade de gênero promove um ambiente mais justo e democrático, no qual todos, independentemente de seu gênero, são igualmente valorizados e respeitados.

É importante ressaltar, por fim, que a maneira como as pessoas se comunicam é uma ferramenta que contribui diretamente para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. Ao focar na representatividade e no respeito por meio da linguagem, é possível avançar rumo a uma realidade na qual todas as vozes são ouvidas e respeitadas.

